

Diário do Legislativo de 24/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 24/3/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 2º do art. 24 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 18.876.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 3º do art. 20-I da Lei nº 6.763, de 26/12/75, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 18.877.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé-de-moleque produzido no Município de Piranguinho. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, 15.464, 15.465, 15.466 e 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta,

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 24/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.093/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 152/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.987/2009, do

Deputado Leonardo Moreira; 1.902/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 1.981/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.333/2008, do Deputado Padre João; 2.381/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.697/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.960/2009, do Governador do Estado; 2.980/2009, do Deputado Arlen Santiago; 2.986 e 2.991/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 2.994/2009, do Deputado Wander Borges; 3.010/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.025/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.029/2009, do Deputado Irani Barbosa; 3.079/2009, do Deputado Wander Borges; 3.089/2009, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 993 e 1.952/2007, do Deputado Doutor Viana; 2.882/2008 e 3.003/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.068/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.071/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.081/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.082/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.083/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.084/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.085/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.096/2009, do Governador do Estado; 3.097/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 24/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com convidados, o Projeto de Lei nº 2.771/2009, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 24/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.969/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 24/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 900/2007, que dispõe sobre a disponibilização de informações pelas empresas de telefonia celular no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 24/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.843/2008, do Deputado Lafayette de Andrada.

Requerimentos nºs 3.442/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.452 e 3.453/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.455/2009, do Deputado Chico Uejo; 3.466/2009, do Deputado Djalma Diniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 24/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.951/2008, do Deputado Lafayette de Andrada.

Requerimento nº 3.457/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 24/3/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental; 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001; 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, 15.464, 15.465, 15.466 e 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social; 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz; 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé; 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais; 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé - de - moleque, produzido no Município de Piranguinho; e 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes; 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado de Minas Gerais; e 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2009, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.826/2008, do Deputado Carlos Mosconi, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.441/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.458/2009, da Comissão de Direitos Humanos; e de obter do Sr. Maurício Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social, informações sobre a política de segurança do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2009.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Rosângela Reis e Ana Maria Resende e o Deputado Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2009, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre a Emenda nº 3 à Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta e Ronaldo Magalhães, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.961/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação à escola estadual de ensino fundamental localizada no Município de Teófilo Otôni.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.961/2009 visa dar a denominação de Escola Estadual Professora Maria Lúcia Gomes Ribeiro à escola estadual de ensino fundamental situada no Córrego da Areia - Fazenda Saudade, no Distrito de Pedro Versiani, Município de Teófilo Otôni.

Trata-se de justa homenagem à memória de Maria Lúcia Gomes Ribeiro, que, além de ter sido destaque como professora na região, foi também diretora escolar por dois mandatos.

Pelos relevantes serviços prestados à sociedade e por ter contribuído para a formação de gerações de alunos daquela comunidade, onde ampliou o atendimento escolar, é meritória a homenagem que lhe é prestada com a utilização de seu nome para denominar a escola estadual situada no Distrito de Pedro Versiani.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.961/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.964/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação à escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Município de Janaúba.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.964/2009 visa dar a denominação de Dr. José Esteves Rodrigues à escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Avenida Teófilo Pires, s/nº, no Distrito de Quem Quem, Município de Janaúba.

Natural de Sete Lagoas, o homenageado destacou-se como político ilustre que, ingressando na política em 1931 e tornando-se deputado federal em 1945, exerceu essa função por vários mandatos, até 1961. Exerceu importante papel em prol do desenvolvimento da região Norte de Minas, construindo estradas, aeroportos, hospitais e escolas. A homenagem se justifica por ter sido o doador do imóvel que abriga aquela unidade de ensino.

Diante dessas considerações, é justa e meritória a pretensão de gravar seu nome no prédio da referida escola estadual.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.964/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.965/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual de ensino médio situada no Município de Olaria.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.965/2009 visa dar a denominação de Escola Estadual Joaquim Alves de Carvalho à escola estadual de ensino médio situada no Município de Olaria.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da referida escola estadual, o qual, em reunião realizada em 5/4/2008, aprovou por unanimidade a proposta de homenageá-lo.

Joaquim Alves de Carvalho exerceu, por vários anos, a função de auxiliar de serviços gerais, foi efetivado por meio de concurso público e trabalhou até aposentar-se por invalidez. Homem honrado e sábio, fez de uma atividade modesta uma missão digna em favor do ensino.

Em reconhecimento ao seu trabalho, é justo lhe seja prestada homenagem duradoura pelo empréstimo de seu nome para denominar o referido bem público.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.965/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.967/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.967/2009 visa dar a denominação de Escola Estadual Washington Modesto Gontijo de Faria à escola estadual de ensino fundamental e médio situada na Rua 27, nº 52, no Bairro San Marino, Município de Ribeirão das Neves.

O projeto encaminhado pelo Governador do Estado tem o objetivo de prestar justa homenagem à memória de Washington Modesto Gontijo de Faria, que foi professor e Prefeito do Município de Ribeirão das Neves, ao qual prestou relevantes serviços, principalmente, na área da educação: construiu e reformou prédios escolares; valorizou os profissionais da educação e ofereceu à população um ensino de qualidade. Empreendedor sempre preocupado com o progresso do Município, o homenageado realizou obras de infra-estrutura que redundaram em benefício da saúde pública.

Diante dessas considerações, é justa e meritória a pretensão de gravar seu nome no prédio da referida escola estadual.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.967/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Gláucia Brandão, relatora.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando Maria Lúcia de Azevedo do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Lívia Karoline de Oliveira Cunha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Maria Lúcia de Azevedo para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Wolnei Capolli Dias para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

nomeando Adriléia Freire Nogueira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

exonerando Daniel Augusto Perez Fernandes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Ederson da Costa Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Matheus José Fernandes Lara do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Mônica Maria de Oliveira Pinto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Raquel Braga Paulino do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Daniel Augusto Perez Fernandes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Divaldo Valverde Júnior para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Ederson da Costa Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Matheus José Fernandes Lara para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Mônica Maria de Oliveira Pinto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Raquel Braga Paulino para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 21/3/09, que exonerou Neiva de Fátima das Graças Castro Magalhães do cargo de Agente de Serviços Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 21/3/09, que nomeou Neiva de Fátima das Graças Castro Magalhães para o cargo de Agente de Serviços Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Divaldo Valverde Júnior do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Maria Cristina Lara Cardozo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Rosemeire Perira de Faria Sabino para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sul América Companhia Nacional de Seguros. Objeto: contratação de seguros para imóveis de propriedade da ALMG e conteúdos, incluindo danos elétricos para as instalações e os equipamentos. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação. Vigência: 12 meses a partir de 2/3/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009001339039.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Viviane Sá Odontologia e Saúde Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de

competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.1.01.122.701.2009.0001.9.339039.0101.